



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

043. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA IV – EDUCAÇÃO ESPECIAL (CÓD. 043)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Houve um tempo em que o jornalismo investigativo vivia de entrevistas confidenciais que pessoas bem informadas sobre algum assunto de interesse davam a repórteres em que confiavam, em troca de não terem sua identidade revelada.

Eram tempos em que uma caneta, um bloquinho e uma agenda de telefones privilegiada constituíam todo o básico de investigação de qualquer jornalista. Um profissional sério desprezava até os gravadores de fita cassete, que, em geral, intimidavam os entrevistados. A palavra gravada precisava ser cuidadosamente medida e calculada. Em *off*, a conversa corria mais solta. Assim nasciam os grandes furos.

Por óbvio, naquele tempo já havia pequenos aparelhos desenvolvidos pelas agências de espionagem internacionais que permitiam instalar dispositivos de gravação e filmagem disfarçados de abajures, canetas, óculos e até botões de roupa. Nada disso, porém, era de fácil acesso às pessoas comuns – o que só mudaria com o advento dos *smartphones*, a partir do final da década de 1990.

A cumplicidade entre internet e dispositivos móveis de captação de som, imagem e informação, com a possibilidade de retransmissão instantânea do material captado, alterou de vez a relação entre o homem moderno e seu ambiente social. Começava, nesse momento, a grande derrocada da privacidade como a conhecemos um dia.

A primeira rede social via internet nos moldes atuais, a *Classmates*, surgiu em 1995, nos Estados Unidos e Canadá. Era voltada para a troca de informações entre estudantes universitários. Desde então, as redes se multiplicaram e acabaram por se transformar nos principais polos de disseminação de informação do planeta. A maior rede disponível hoje, o Facebook, foi criada em 2004 por estudantes de Harvard e reúne mais de 2,2 bilhões de usuários, entre pessoas reais, perfis falsos e robôs.

Por meio das redes, a indústria e o comércio sabem o que mais consumimos, presidentes são eleitos e derrubados, e os pecados que gostaríamos de ver escondidos são tornados públicos.

O onipresente olho nos acompanha a cada passo que damos, reconhecendo-nos quando circulamos, pretensamente anônimos, em meio às multidões dos blocos carnavalescos.

(Luiza Pastor. *Redes sociais destruíram ideia de privacidade, diz pesquisadora*. www1.folha.uol.com.br, 28.06.2019. Adaptado)

01. Segundo o texto, é correto afirmar que

- (A) pequenos dispositivos disfarçados, como itens de casa ou de vestimenta, e agendas eletrônicas possibilitavam a poucas pessoas uma investigação discreta e eficaz.
- (B) há um monitoramento constante dos cidadãos quando estes estão em festas nacionais, visando a uma maior segurança dos que participam dessas comemorações.
- (C) a combinação de diferentes tecnologias possibilitou que o jornalismo investigativo mudasse a sua dinâmica de atuação e a forma como os “furos” são conseguidos.
- (D) o problema dos perfis falsos e robôs nas redes sociais é grave, por interferirem no poder de decisão das pessoas e por roubarem informações de ordem privada.
- (E) entrevistas gravadas são mais difíceis de serem feitas, não só por exigirem um aparato eletrônico, mas também porque a linguagem empregada pode ser mais coloquial.

02. A autora do texto afirma que

- (A) estudantes universitários são responsáveis pelos grandes escândalos que estampam as páginas dos jornais, já que são os criadores das redes sociais.
- (B) o fim do século XIX e o começo do século XX representam o momento de maior efervescência na discussão dos limites da privacidade.
- (C) as redes sociais concebidas na América do Norte tornaram possível a qualquer cidadão invadir a privacidade alheia e manipular dados inverídicos, fazendo-os parecer verdadeiros.
- (D) o material que se encontra escrito nas redes sociais tem menor poder do que a palavra gravada, devido à maior credibilidade do que é registrado em áudio e/ou vídeo.
- (E) os *smartphones* são os responsáveis pelo declínio da privacidade, já que podem enviar para a internet conteúdos que foram capturados pelo próprio aparelho.

03. No último parágrafo, o vocábulo **pretensamente**, no contexto em que se encontra, dá ideia de algo
- (A) confirmado por evidências empíricas.
 - (B) relativizado pelas condições em que cada indivíduo se encontra.
 - (C) desejado, mas impossível de ser alcançado.
 - (D) irreal, mas presente no imaginário das pessoas.
 - (E) suposto, mas não necessariamente real.

04. Em destaque, encontra-se vocábulo empregado em sentido figurado em:

- (A) Houve um tempo em que o jornalismo investigativo vivia de entrevistas **confidenciais** que pessoas bem informadas... (1º parágrafo)
- (B) Começava, nesse momento, a grande **derrocada** da privacidade como a conhecemos um dia. (4º parágrafo)
- (C) Um profissional **sério** desprezava até os gravadores de fita cassete, que em geral intimidavam os entrevistados. (2º parágrafo)
- (D) ... que permitiam instalar dispositivos de gravação e filmagem disfarçados de **abajures**, canetas, óculos e até botões de roupa. (3º parágrafo)
- (E) Por meio das redes, a indústria e o comércio sabem o que mais **consumimos**, presidentes são eleitos e derrubados ... (6º parágrafo)

05. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão da língua quanto à pontuação.

- (A) Antes a vida alheia era exposta nas praças; hoje os meios são outros: as redes sociais.
- (B) Precisamos nos questionar diariamente: se o que fazemos on-line está protegido?
- (C) Para se preservar, pessoas públicas – da política ou das artes –, falam “em off” com jornalistas.
- (D) A indústria e o comércio, sobretudo o on-line rastreiam nossas atividades para venderem mais.
- (E) É, por intermédio da imprensa, que, hoje temos acesso ao que de fato acontece no mundo.

06. Encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua, quanto ao emprego e à colocação dos pronomes, a seguinte frase:

- (A) Os grandes furos nasciam de conversas, e os informantes eram quem os providenciava.
- (B) Jornalistas sérios conheciam os gravadores de fita cassete, mas desprezavam-o.
- (C) Além de medir bem a palavra gravada, o profissional adequadamente calcula-a.
- (D) A privacidade começou a decair e não lhe protege por causa dos interesses escusos.
- (E) As pessoas com seus pecados, muitos ou poucos, os levam para a internet, os tornando públicos.

07. Considere a seguinte passagem do texto:

“A primeira rede social via internet nos moldes atuais, a *Classmates*, surgiu em 1995, nos Estados Unidos e Canadá. Era voltada para a troca de informações entre estudantes universitários. Desde então, as redes se multiplicaram e acabaram por se transformar nos principais polos de disseminação de informação do planeta.” (5º parágrafo)

Nesse trecho, o vocábulo que expressa sentido de **meio** é:

- (A) para
- (B) por
- (C) via
- (D) do
- (E) entre

Leia a tira para responder às questões de números 08 a 10.



(Bill Watterson. *O melhor de Calvin*, 07.07.2019. <https://cultura.estadao.com.br>)

08. A “mente científica”, anunciada no 1º quadro, fica representada na tira por meio

- (A) da relação que há entre a curiosidade e o fato de a mente masculina ser mais propensa a desvendar o que está por trás do funcionamento das coisas.
- (B) da provocação argumentativa feita por Calvin, a qual tem o objetivo de mudar a maneira como a garota entende a anatomia humana.
- (C) da tentativa de realização de um experimento sem fundamento, como tudo o que é feito na Ciência, e que acidentalmente pode levar a alguma descoberta.
- (D) de uma hipótese que Calvin tem sobre algo que acredita ser possível e que pretende comprovar se valendo de um experimento.
- (E) da necessidade de provar para alguém que na Ciência está a resposta para todos os questionamentos que a humanidade possa ter.

09. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase a seguir, segundo a norma-padrão da língua portuguesa e as ideias presentes no texto.

No último quadro, _____ a garota _____ do que Calvin propunha, ela _____, irritada.

- (A) embora ... tenha se convencido ... saiu
- (B) apesar de ... repudiar ... partiu
- (C) ainda que ... se contrariou ... ficara
- (D) como ... se certificou ... teria dado as costas
- (E) já que ... não gostou ... foi embora

10. Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que apresenta frase em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

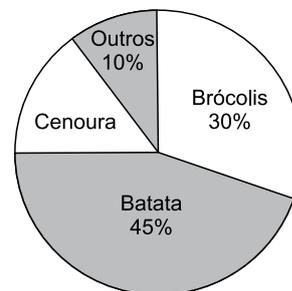
- (A) Crianças não estão acostumadas à ver os fatos científicos que estão no cotidiano delas.
- (B) Experiências científicas, infelizmente, estão limitadas às escolas que podem pagar por elas.
- (C) Graças à um interesse maior pela ciência, tem sido possível incentivar experimentos na escola.
- (D) Tem crescido o número de pais e filhos que visitam às feiras de ciências nas grandes cidades.
- (E) De diretores de escola à professores, todos precisam se envolver nas atividades escolares.

11. Em uma escola, há um total de 800 alunos, dos quais, $\frac{3}{8}$

estão na educação infantil. Entre os demais alunos, 350 estão no ensino fundamental, e os alunos restantes, no ensino médio. Em relação ao número total de alunos dessa escola, aqueles que estão no ensino médio representam

- (A) $\frac{1}{8}$
- (B) $\frac{5}{16}$
- (C) $\frac{1}{16}$
- (D) $\frac{3}{16}$
- (E) $\frac{1}{4}$

12. Foi feito um levantamento com determinado número de alunos para saber qual o vegetal que eles mais gostam de comer no almoço. O gráfico a seguir apresenta alguns dos resultados obtidos.



Sabendo-se que cada aluno escolheu apenas um vegetal de sua preferência e que 18 alunos disseram preferir cenoura, então o número de alunos que preferem batata supera o número de alunos que preferem brócolis em

- (A) 36.
- (B) 18.
- (C) 32.
- (D) 28.
- (E) 22.

13. Uma professora precisa organizar as pastas de trabalhos de seus alunos. Considerando que essa professora leva 35 minutos para organizar 3 pastas, então o tempo que ela levará para organizar as 27 pastas de seus alunos é de
- (A) 5 horas e 25 minutos.
(B) 5 horas e 05 minutos.
(C) 5 horas e 15 minutos.
(D) 4 horas e 55 minutos.
(E) 4 horas e 45 minutos.
14. Em uma caixa, há vários lápis de cor, que serão distribuídos entre os alunos de uma sala, de modo que cada aluno receberá o mesmo número de lápis. Se forem distribuídos 5 lápis para cada aluno, restarão 14 lápis na caixa, porém não será possível distribuir 7 lápis para cada aluno, pois nesse caso ficariam faltando 18 lápis. O número de lápis que há na caixa é
- (A) 106.
(B) 100.
(C) 112.
(D) 88.
(E) 94.
15. Uma folha de papelão retangular ABCD, foi recortada em dois pedaços, ambos retangulares, conforme mostra a figura.

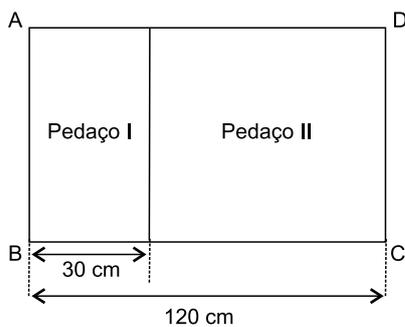


Figura fora de escala

Se o perímetro do pedaço II é 340 cm, então a área do pedaço I é igual a

- (A) 2400 cm².
(B) 2600 cm².
(C) 2800 cm².
(D) 3000 cm².
(E) 3200 cm².

16. Leia a afirmação presente nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*:

“A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.”

Em relação à obrigatoriedade de inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, pode-se afirmar corretamente:

- (A) Busca-se a inclusão de conteúdos novos e diversificados e, na medida em que forem paulatinamente assimilados, possibilitará o repensar das relações étnico-raciais e dos objetivos da educação oferecida pelas escolas de Ensino Fundamental.
- (B) Tem como pressuposto a não mudança de um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas ampliação do foco nos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.
- (C) Valoriza-se a oralidade, a corporeidade e a arte, por exemplo a dança, a culinária e as vestimentas, marcas da cultura de raiz africana, em detrimento da literatura africana.
- (D) Entende-se que, ao garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar a história e a cultura do Brasil, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à identidade e aos direitos dos cidadãos brasileiros.
- (E) Assume a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana como pertinentes e restritos à população branca, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural.

17. A Portaria SME nº 69/2018 – *Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas* – afirma em seu artigo 15 que

“A gestão escolar democrática envolve, dentre outras:

- I. a gestão do tempo;
- II. a gestão do espaço;
- III. a gestão das interações sociais internas, comunitárias e intersetoriais;
- IV. a gestão dos saberes escolares, das informações e do conhecimento; e
- V. a gestão de recursos materiais e financeiros.”

Com base nessa Portaria, assinale a alternativa correta sobre a gestão democrática.

- (A) As normas da gestão democrática também valem para ensino privado na educação básica e são adaptadas às peculiaridades de cada escola, sob supervisão de especialista da rede municipal.
- (B) A formação do Conselho Escolar é a única garantia da gestão democrática na escola, uma vez que prioriza a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico em detrimento da comunidade escolar.
- (C) Na gestão democrática, cabe ao professor, em sua sala de aula, fazer a gestão do tempo, do espaço e dos saberes escolares, informações e conhecimento, enquanto a direção da escola faz a gestão de recursos materiais e financeiros.
- (D) Os princípios da gestão democrática envolvem a articulação entre os aspectos pedagógicos e financeiros na garantia de condições a todos que ingressam na escola para nela permanecerem com sucesso.
- (E) Na gestão democrática, a escola é espaço privilegiado do processo educacional, envolvendo a participação da comunidade escolar e dos colegiados nos processos consultivos e decisórios.

18. Sobre o tema escola para a Educação Integral, assinale a alternativa correta.

- (A) A Educação Integral no Brasil, com base em legislação específica, nos últimos anos, traz novas possibilidades de articulação entre os campos da educação do desenvolvimento social, da saúde, do esporte, da inclusão digital e da cultura, ainda que o caminho a ser percorrido seja longo até transformar o legal em real.
- (B) A abrangência das funções da escola, para a Educação Integral, nos dias atuais, coloca-se como um desafio, principalmente como uma instituição educadora e protetora, cabendo ao professor a clareza e firmeza da finalidade pedagógica, sem se envolver com as demais funções extrassala.
- (C) Novas tarefas são atribuídas aos profissionais da escola com a implementação da Educação Integral, as quais têm sido incorporadas de forma consciente e comprometida, minimizando as tensões entre os profissionais, famílias e a própria comunidade.
- (D) O projeto de Educação Integral é fruto de pesquisas e contribuições de especialistas das secretarias municipais de educação e saúde, que, ao elaborarem um projeto particular à realidade de cada município, apresentam-no à comunidade escolar e à sociedade civil para aprovação e ajustes quando necessário.
- (E) A Educação Integral deve estar inscrita no amplo campo das políticas sociais, secundarizando a especificidade das políticas educacionais dirigidas às crianças, aos jovens e aos adultos, pois atende a um complexo e estruturado conjunto de disposições legais mais amplo em vigor no país.

19. Viviane, diretora de uma escola da rede municipal de Campinas, recebeu a senhora Luiza, mãe de uma aluna do Ensino Fundamental, que questionava a aprovação da filha para o 4º ano, alegando que a aluna sabia muito menos do que ela quando estava com a mesma idade na escola. Disse que a escola não tem projeto pedagógico e que os professores fazem o querem em sala de aula, aprovando sem o aluno saber.

Com base no *Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas* – Portaria SME nº 69/2018, assinale a alternativa correta sobre o questionamento da mãe, a senhora Luiza.

- (A) A mãe cumpre seu dever de acompanhar o desenvolvimento escolar da filha, pois revela preocupação com sua aprendizagem ao comparar os conhecimentos com base em impressões pessoais e pedagógicas sistematizadas.
- (B) Os professores possuem autonomia no planejamento do trabalho pedagógico, selecionam e sequenciam o conteúdo de acordo com a realidade da turma; dessa forma, uma turma de 3º ano pode ver o conteúdo esperado para o 1º ano.
- (C) O projeto pedagógico é um documento público que fica à disposição de toda a comunidade escolar, no qual se registra o compromisso, público, da comunidade escolar em aperfeiçoar, continuamente, a educação ofertada na unidade.
- (D) O acesso ao projeto pedagógico da escola depende do interesse da comunidade escolar, tendo como pré-requisito a efetiva participação no estabelecimento das normas de conduta dos alunos.
- (E) A mãe pode tomar decisões individuais, no âmbito da UE, que interferem no desenvolvimento escolar da aluna pela qual é responsável, por exemplo, retroagir a de ano, anulando a aprovação de sua filha.

20. Considerando-se que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é um instrumento orientador primordial da ação educativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A construção do PPP nas e pelas escolas revela um esgotamento de suas possibilidades, requerendo a aproximação, assim, de práticas mais gerenciais pautadas pela eficiência e pelo profissionalismo.
- (B) O sucesso de elaboração de um PPP tem como base o compromisso político e o engajamento dos professores de forma mais intensa que os demais envolvidos, equipe escolar e comunidade, pois afeta diretamente sua prática pedagógica.
- (C) A articulação de espaços coletivos e participativos na escola deve ter como princípio o reconhecimento dos erros do passado e o compromisso de reparação aos envolvidos da comunidade escolar no presente.
- (D) Na medida em que se busca elaborar o PPP como uma expressão viva da realidade, a participação da comunidade escolar é um princípio estruturador do trabalho coletivo na escola.
- (E) Um PPP eficiente e revelador da realidade escolar é marcado por ações de voluntarismo, ainda que não metódicas, que desencadeiam transformações na direção de uma formação cultural de qualidade aos alunos.

21. Considerando-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 2º, afirma que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade (...), leia as descrições de duas finalidades citadas neste artigo.

- I. Refere-se à concepção teórica e educacional que considera as dimensões intelectual, afetiva, física, ética, estética, política, social e profissional.
- II. Fundamenta-se na perspectiva de educação como um processo articulado entre ciência e trabalho, este concebido como expressão criadora e transformadora.

As descrições das finalidades da educação citadas no artigo 2º da Lei nº 9.394/96 correspondem a:

- (A) I. Concepção de ser humano – II. Qualificação do aprendiz
- (B) I. Respeito à liberdade e apreço à tolerância – II. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida
- (C) I. Pleno desenvolvimento do educando – II. Qualificação para o trabalho
- (D) I. Preparo para exercício da cidadania – II. Igualdade de condições para o acesso ao mercado de trabalho
- (E) I. Desenvolvimento da educação e do trabalho – II. Valorização da diversidade social

22. Na discussão sobre o currículo e os direitos dos educandos, a centralidade está

- (A) no método de ensino.
- (B) no conhecimento.
- (C) na escola.
- (D) na família.
- (E) no repertório do aluno.

23. A avaliação é uma ação coletiva de formação dos estudantes e ocorre em diferentes esferas com objetivos distintos, sendo os três níveis de avaliação, a saber: da aprendizagem dos alunos, da instituição e do sistema escolar.

Assinale a alternativa correta sobre a avaliação da instituição.

- (A) O professor tem um papel central na implementação de instrumentos de medidas capazes de revelar dados a serem analisados que revelem o desenvolvimento do educando.
- (B) Está articulada à avaliação de aprendizagem dos alunos, oportunizando regime de permanentes trocas entre os professores, não sendo articulada à avaliação do sistema escolar, visto que são dimensões distintas.
- (C) A equipe escolar desenvolve instrumento de avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no EF que permite evidenciar o que foi agregado na aprendizagem, em termos de habilidades de leitura.
- (D) Envolve o conjunto das unidades escolares de uma rede municipal ou estadual, permanecendo sob a responsabilidade do poder público e de parceiros da educação.
- (E) O coletivo dos profissionais é protagonista da avaliação, uma vez que trabalha e conduz a complexidade da formação na escola, orientando-se pelo projeto político-pedagógico da escola.

24. Leia o depoimento a seguir:

“Sou mãe de uma menina com 5 anos, diagnosticada com autismo. Mudamos de bairro e procurei a escola de Educação Infantil mais próxima para realizar sua transferência. Fui muito bem atendida e orientada na secretaria da escola, assim combinamos que, antes de começarem as aulas, levaria minha filha para conhecer a nova escola.

Para minha surpresa, quando cheguei na escola com minha filha, o tratamento mudou, negaram que tinham condições de recebê-la como aluna e não tentaram nenhum contato com ela. Fiquei muito chateada, decepcionada e, quando ganhei forças, questionei o motivo de mudança de postura da escola. Explicaram que minha filha era muito grande para 5 anos, que causaria problemas na turma, mas que não era um problema do diagnóstico e até me indicaram uma escola só para autistas no próprio bairro.”

Com base nas contribuições do documento *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*, assinale a alternativa correta que apresenta ponderação a ser apresentada à mãe na busca da escola para a filha com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

- (A) A matrícula de aluno com necessidades educacionais especiais na escola deve atender ao pré-requisito essencial: laudo de médico descritivo do quadro da criança.
- (B) O atendimento educacional de alunos com TEA, quando realizado de forma mais isolada, impulsiona o desenvolvimento e permite o ingresso na sala comum.
- (C) A ausência de contato na escola com a criança revela respeito, pois toda pessoa com TEA apresenta dificuldade de contato físico, de concentração, com sons altos e outros.
- (D) A escola necessita de um tempo para oferecer as condições de atendimento ao aluno com TEA, o que tem se tornado um problema com a má-formação dos professores.
- (E) A escola deve se organizar para o atendimento de todos os educandos com necessidades educacionais especiais e assegurar a qualidade da educação.

25. Leia o trecho a seguir:

A avaliação pedagógica deve ser realizada pelo professor, coordenador e direção, na medida em que apresentem formação profissional que lhes habilite. O professor tem como pressuposto na avaliação pedagógica princípios e critérios pensados coletivamente, articulados ao projeto político-pedagógico da escola, à proposta curricular e às suas convicções acerca do seu papel social.

Com base no trecho, entende-se que a avaliação é uma atividade que envolve

- (A) legitimidade técnica e política.
- (B) assertividade e contextualização.
- (C) capacidade prática e método.
- (D) aptidão e competência.
- (E) habilidade e ética.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) é o atual marco legal sobre políticas nacionais voltadas às pessoas com deficiências. No capítulo “Do Direito à Educação”, a LBI faz constar que ao poder público incumbe assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar

- (A) a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, que tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
- (B) sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado por toda a vida.
- (C) a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
- (D) acesso igualitário ao sistema educacional inclusivo e aos benefícios dos programas sociais suplementares para o respectivo nível do ensino regular.
- (E) a educação especial que se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE como integrante do processo educacional.

27. A oferta do AEE, de acordo com a Portaria SME nº 69/2018 – Campinas, pode ser feita em classe comum e em salas de recursos multifuncionais (SRM), cabendo ao professor da Educação Especial (EE) na classe comum e ao professor da SRM, respectivamente,

- (A) elaborar as adequações curriculares dos alunos público-alvo da EE; estabelecer quais alunos recebem AEE na modalidade complementar ou suplementar.
- (B) dar apoio pedagógico aos alunos público-alvo da EE; identificar e encaminhar para diagnóstico os casos de possíveis alunos público-alvo da EE.
- (C) avaliar, identificar e encaminhar para diagnóstico os casos de possíveis alunos público-alvo da EE; dar apoio pedagógico aos alunos público-alvo da EE.
- (D) identificar e encaminhar para diagnóstico os casos de possíveis alunos público-alvo da EE; elaborar e executar o plano de trabalho do AEE.
- (E) elaborar e executar o plano de trabalho do AEE; estabelecer quais alunos recebem AEE na modalidade complementar ou suplementar.

28. Maria tem 7 anos de idade, e sua mãe solicitou matrícula no 1º ano do ensino fundamental na escola pública mais próxima à sua casa. A mãe conta que Maria não se adaptou na educação infantil, que foi inconsistente porque ela permanecia afastada da turma, chorava de forma persistente e tampava os ouvidos com as mãos quase todo o tempo. Durante o recreio, insistia em permanecer em um canto com esse comportamento. Algumas vezes passou a utilizar as primeiras palavras para comunicar suas necessidades como água e xixi e, dependendo do grupo de amigos, por vezes, aceitava ficar por algum tempo. Mãe refere que o médico disse que Maria tem alterações no desenvolvimento motor porque anda diferente e com as pernas mais abertas, tem comprometimento nas relações sociais, na comunicação e apresenta estereotípias motoras, gosta de movimentar os dedos das mãos o tempo todo.

Por esse relato, considerando o pedido da mãe, pode-se inferir que a escola pública deve

- (A) encaminhar Maria para diagnóstico neurológico ou psiquiátrico e, de acordo com o laudo médico, matriculá-la no 1º ano do ensino fundamental, indicando a sala de recurso multifuncional mais adequada a ela.
- (B) orientar a mãe a procurar atendimento psicológico considerando as características de Maria, matricular a filha no 1º ano do ensino fundamental e iniciar o AEE para alunos com deficiência intelectual.
- (C) matricular Maria, pois, pelas características descritas, poderá ser considerada como aluna com transtorno global do desenvolvimento, fazendo parte do público-alvo do AEE com direito ao sistema educacional inclusivo.
- (D) proceder a matrícula no 1º ano do ensino fundamental, solicitar o laudo médico para autorizar o AEE, pois, pelas características descritas, é um caso de transtorno do espectro do autismo severo que tem direito ao sistema inclusivo.
- (E) encaminhar a mãe para os serviços de saúde para obter o laudo médico, receber orientação psicológica, avaliar Maria para saber suas condições de aprendizagem e indicar o AEE mais conveniente no sistema educacional inclusivo.

Considere o texto a seguir para responder às questões de números **29** e **30**.

A literatura e a legislação do município de Campinas sobre inclusão apontam que, na proposta inclusiva, os tempos escolares precisam ser pensados no Projeto Pedagógico (PP) como meios facilitadores da construção de conhecimentos planejados para serem flexíveis e adequados aos ritmos de aprendizagem dos alunos. Quanto aos tempos e os espaços escolares na escola inclusiva, esses devem facilitar e estimular a colaboração.

29. O PP, ao definir tempos escolares, considera as diferentes demandas de alunos e professores de forma que, no AEE, os tempos escolares do aluno devem considerar:

- (A) o horário do professor do AEE e do professor da sala comum articulados com os recursos físicos da escola e os calendários escolares.
- (B) os calendários escolares, os horários dos espaços físicos da escola e do contraturno do aluno e os horários do professor do AEE.
- (C) o horário do professor para atendimento ao aluno e à família, preparação de material e orientação ao professor da sala comum.
- (D) os calendários escolares, os horários de turnos do aluno, articulando-se com os espaços e recursos físicos e humanos da escola.
- (E) o horário oposto ao que o aluno frequenta a sala comum, quando, para atender às necessidades apontadas no plano do AEE, houver a indicação de sala de recursos multifuncionais – SRM.

30. O PP, ao viabilizar os espaços escolares, considera a SRM para o alunado público-alvo do AEE; no entanto, caso a escola ainda não disponha de espaço físico adequado para uma SRM, é preciso constar no PP providências, como:

- (A) encaminhamento dos alunos público-alvo do AEE para instituições especializadas de educação especial para assegurar esse atendimento.
- (B) atendimento no turno, sendo o plano do AEE transversal a todos os planos de ensino da escola, que deve ser elaborado pelo professor de EE com a equipe educacional.
- (C) transferir os alunos público-alvo do AEE para outra escola que já tenha instituído uma SRM e tenha um professor especialista.
- (D) solicitação junto aos órgãos competentes para a implantação da SRM e, enquanto isso, o professor da sala comum é responsável pelo plano do AEE.
- (E) a articulação do AEE em outra instituição de ensino especial conveniada com a escola de origem do aluno.

- 31.** O professor do AEE e o professor da sala comum podem fazer uso de recursos e auxílios não ópticos para melhorar o funcionamento visual de alunos com baixa visão nas atividades de leitura e escrita. São exemplos desses auxílios:
- (A) tiposcópio, lápis 5B ou 6B, auxílios de lâmpadas eletrônicas, folhas com pautas escuras e prancheta inclinada para leitura.
 - (B) lupas manuais para ampliar as letras e o texto, com auxílio de pautas ampliadas, e lápis de grafite forte.
 - (C) uso da letra fonte 24, com contrastes de cores, tiposcópio, pauta ampliada e apoio de lupas ou telescópios.
 - (D) lupa eletrônica, lupas manuais, livros com texto ampliado, luzes incandescentes e oclusores laterais.
 - (E) contrastes nas cores, tamanhos de margens, pautas ampliadas e espaçamento de letras e lupa eletrônica.
- 32.** O Sistema Braille possibilita para o aluno com cegueira o contato direto com a grafia das palavras, a interação do leitor com o texto e contribui para a compreensão e para o uso correto das letras, dos acentos e da pontuação, favorecendo o uso da escrita para comunicação, entretenimento e registro de informações de forma autônoma. Essa autonomia é relativa porque o Braille é um sistema restrito a um universo particular de usuários. Nessa concepção, é correto afirmar que o Braille.
- (A) é o sistema específico de alfabetização para criança com cegueira que deve compreender que o Braille é uma modalidade de escrita diferente da escrita em tinta e que por isso tem outros usos e funcionalidades.
 - (B) é utilizado para ensinar a escrita a alunos com cegueira, suficiente para a sua alfabetização e que possibilita o processo de construção e conhecimento por meio da experiência não visual.
 - (C) deve ser introduzido em situações cotidianas, mesmo que a criança não saiba decifrar esse código, para que ela aprenda a se comunicar, se beneficiar da linguagem, da diversidade de jogos e de exercícios táteis o mais cedo possível.
 - (D) deve ser introduzido gradualmente no contexto de atividades preliminares à leitura, considerando os interesses, as habilidades e as necessidades da criança com cegueira, para que ela não se recuse a aprender seu único sistema de alfabetização.
 - (E) deve ser ensinado quando a criança com cegueira iniciar o ensino fundamental por ser um sistema de alfabetização, e, portanto, é necessário ensinar anteriormente as atividades do pré-Braille como pré-requisitos.
- 33.** A legislação em vigor instituiu a oferta da educação bilíngue para alunos com surdez, sendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, o que pressupõe fluência nessas duas línguas. No entanto, se o professor ouvinte não é fluente em Libras, corre o risco de usar o bimodalismo, descrito na literatura como uso
- (A) da língua de sinais como arcabouço para a aprendizagem da segunda língua, que é o português oral.
 - (B) de uma só língua, no caso o português e o uso de alfabeto manual para expressar os sinais.
 - (C) concomitante da fala e da sinalização na ordem sintática da língua da comunidade surda.
 - (D) de uma só língua, no caso o português, produzido nas duas modalidades, a oral e a gestual.
 - (E) da leitura orofacial, dos sinais, do alfabeto manual, da amplificação da fala quando possível.
- 34.** Considerando que o AEE para o ensino da língua portuguesa a alunos com surdez tem como um dos objetivos desenvolver as competências gramatical e textual para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem organizadas, a sala de recursos para esse atendimento deverá estar didaticamente organizada com
- (A) riqueza de materiais e recursos visuais (imagéticos) para possibilitar a abstração dos significados de elementos mórficos da língua.
 - (B) amplo acervo textual em Língua Portuguesa para oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos e oportunidades de aprender a escrita e o português oral.
 - (C) materiais visuais, iconográficos, pictográficos, desenhos e figuras que possibilitem a associação da imagem com o significado do sinal.
 - (D) recursos criativos para elaboração de exercícios trabalhados em diferentes contextos que respeite as características gramaticais da Libras.
 - (E) recursos visuais para o professor trabalhar os sentidos das palavras de forma contextualizada, respeitando a estrutura gramatical da Libras.

- 35.** João tem 9 anos, frequenta o 3º ano do ensino fundamental e as avaliações apontaram superdotação com preferência por assuntos de clima mundial, ecologia, saneamento e preservação ambiental. Em reunião com professores do ensino comum, AEE, pais do aluno e coordenação, foi sugerido o processo de aceleração. Nessa concepção, algumas estratégias de aceleração para João poderiam ser
- (A) incluir no currículo regular, programas de ensino adiantado em geografia, ciências e artes com atividades de seu interesse.
 - (B) frequentar séries mais adiantadas em geografia e ciências; buscar mentor fora da escola e planos de estudos auto-organizados com projetos de seu interesse.
 - (C) desenvolver estudos aprofundados nas áreas do seu interesse e participar de concursos de ciências, elaborar projetos de pesquisa.
 - (D) promover projetos individuais incluídos em seu currículo com programas de pensamento produtivo e crítico e buscar estudos paralelos.
 - (E) participar de programas extracurriculares nas suas áreas de interesse, aumentar os seus contextos de aprendizagem e dificultar as atividades.
- 36.** Pela Portaria SME nº 69/2018 – Campinas, para o processo de aceleração dos alunos com superdotação, é necessário
- (A) relatório, registros e avaliações da trajetória escolar do aluno, realizados pela equipe de educação especial, que comprovem a superdotação quanto à evolução escolar; autorização da família aprovada em consenso com Conselho de Ciclo.
 - (B) avaliação e relatório do professor da sala comum e do AEE; autorização da família aprovada em consenso com Conselho de Ciclo; sem necessidade de avaliações e relatórios da equipe de profissionais que comprovem a superdotação.
 - (C) análise de laudos médicos, quando houver; relatórios e resultados das avaliações pedagógicas do professor do AEE; evolução escolar com aprovação da família em consenso com Conselho de Ciclo.
 - (D) relatório do professor da sala de recursos e da equipe de profissionais que contemple habilidades e competências atingidas; recomendações sobre as possibilidades de novas alternativas educacionais e autorização da família aprovada em consenso com Conselho de Ciclo.
 - (E) laudo médico ou da equipe de profissionais que comprove a superdotação; avaliação pedagógica da equipe docente com registros e as avaliações da trajetória escolar do aluno e avaliação pedagógica com habilidades e competências atingidas.
- 37.** A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva refere-se ao conceito de:
- (A) comunicação alternativa.
 - (B) acessibilidade.
 - (C) auxílios técnicos.
 - (D) desenho universal.
 - (E) ajudas técnicas.
- 38.** A literatura aponta que jovens e adultos com deficiência correspondem a uma grande parcela da população sem acesso à escolaridade na idade apropriada, dos quais muitos foram privados da oportunidade de uma educação formal em escolas inclusivas. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica/EJA do Ministério de Educação e do município de Campinas, a Educação de Jovens e Adultos implica em
- (A) garantir oportunidades educacionais apropriadas para essa etapa de vida e suas necessidades inerentes e afastar-se da concepção infantilizadora.
 - (B) conferir ao aluno o estatuto de jovem e adulto com a concepção centrada nas barreiras que a deficiência acarreta e determinar o conteúdo curricular a ser apresentado.
 - (C) realizar avaliação diagnóstica com o objetivo de definir o nível de aprendizagem com base nas características da deficiência apresentada por avaliação pedagógica.
 - (D) afastar a concepção infantilizadora da deficiência e estabelecer uma avaliação diagnóstica centrada nos limites e barreiras que impedem a vida autônoma.
 - (E) estabelecer a concepção centrada na deficiência e avaliação diagnóstica que determine os limites e deficiências e as etapas de escolaridade.
- 39.** A Lei Brasileira de Inclusão prevê um profissional para exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissionais legalmente estabelecidos. Essa descrição se refere a um profissional como
- (A) acompanhante.
 - (B) atendente pessoal.
 - (C) apoio escolar.
 - (D) auxiliar de atividades de vida diária.
 - (E) auxiliar de classe.

40. Atualmente a proposta educacional para a inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial redimensiona o lugar desses alunos na organização do trabalho escolar e das propostas curriculares, e, nesse sentido, a escola tem enfrentado desafios para que todos participem e aprendam com qualidade. Para superar tais desafios, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para os anos iniciais do ensino fundamental de Campinas, será necessária, dentre outras coisas, a prática da

- (A) reorganização do currículo, que deverá ser realizada pelo profissional responsável pelo atendimento educacional especializado, que, na prática, tem, muitas vezes, dificuldades em articular-se com o professor regente da sala comum.
- (B) adaptação e mudança do espaço da sala de aula, que deverá ser organizada a partir de planejamento realizado pelos órgãos centrais da Secretaria Municipal de Educação com apoio dos serviços de saúde e assistência social.
- (C) padronização dos tempos e espaços escolares, permitindo que os alunos com mobilidade reduzida tenham acesso aos diversos ambientes da escola, bem como mudança na grade curricular com redução das expectativas de aprendizagem.
- (D) flexibilização curricular que se viabiliza por meio da adequação dos objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino e no uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos.
- (E) adequação curricular para que os alunos, público-alvo da educação especial, possam realizar as atividades com menores alterações possíveis, reduzindo o uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos.

41. As instituições de Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. Sendo responsabilidade da Educação Infantil o cuidar e o educar, é necessário assegurar, também, os direitos dos educandos, público-alvo da educação especial. Para isso, são recomendadas práticas pedagógicas de modo a

- (A) concentrar a participação da criança nas atividades da sala de recursos e nos espaços determinados para atividades coletivas.
- (B) não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências e na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos.
- (C) dividir as atividades para que cada criança tenha participação diferenciada e em espaços divididos por nível de aprendizagem.
- (D) priorizar o cuidar sobre o educar, pois para as crianças, público-alvo da educação especial, o cuidar se sobressai ao educar.
- (E) organizar as atividades por idade cronológica de acordo com as escalas de desenvolvimento e nível cognitivo.

Leia o excerto a seguir para responder às questões de números 42 e 43.

O olhar acolhedor de diversidades também se refere às crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Também o direito dessas crianças à liberdade e à participação, tal como para as demais crianças, deve ser acolhido no planejamento das situações de vivência e aprendizagem na Educação Infantil [...] ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras e nas interações [...] momentos em que exercitam sua capacidade de intervir na realidade participam das atividades curriculares.

(Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, BRASIL/MEC, 2013).

42. Para a garantia dos direitos à liberdade e à participação das crianças público-alvo da educação especial, são necessárias medidas que

- (A) organizem e dividam suas vivências em grupos por deficiência, assim haverá a garantia de que os espaços foram estruturados de modo a permitir as condições limitantes de cada criança nos espaços escolares.
- (B) priorizem experiências na sala de recursos, garantindo o direito de serem atendidas em outros espaços sempre que a presença na sala de aula comum causar desconforto nas interações com as outras crianças.
- (C) facilitem vivências em espaços controlados, garantindo que o currículo seja reorganizado de modo a priorizar as atividades e fortalecer a condição de sujeitos passivos nas brincadeiras com as demais crianças.
- (D) garantam experiências em espaços estruturados de modo a promover brincadeiras e interações com as outras crianças com deficiência, destacando suas potencialidades em ambientes com crianças em condições semelhantes.
- (E) otimizem suas vivências, garantindo que esses espaços sejam estruturados de modo a permitir sua condição de sujeitos ativos e a ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras e nas interações com as outras crianças.

43. Para assegurar a qualidade de atendimento às crianças, público-alvo da educação especial, para que tenham acesso às brincadeiras, interações e atividades curriculares, é necessário garantir, no cotidiano da Unidade Escolar da educação infantil,

- (A) materiais, objetos e brinquedos diferenciados; acesso ao diagnóstico médico; terapia no ambiente de sala de aula.
- (B) acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos; procedimentos e formas de comunicação; as especificidades e as singularidades de cada um.
- (C) espaços acessíveis à sala de recursos; brinquedos e objetos exclusivos; procedimentos e formas de comunicação; a pluralidade nas relações.
- (D) espaços exclusivos; materiais, objetos e brinquedos adaptados; procedimentos e formas de comunicação; as singularidades de cada um.
- (E) objetos e brinquedos selecionados com base na deficiência; comunicação por língua de sinais; orientação e mobilidade.

- 44.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 menciona as diretrizes para o atendimento educacional especializado – AEE. Baseado nessa política e nas diretrizes, é correto afirmar que as atividades do AEE
- (A) complementam e suplementam a formação dos alunos público-alvo da educação especial, sendo substitutiva para aqueles com deficiências graves.
 - (B) priorizam os programas de enriquecimento curricular, o ensino das linguagens e códigos específicos de comunicação para alunos com deficiências física e intelectual.
 - (C) diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.
 - (D) disponibilizam recursos pedagógicos e de enriquecimento curricular de forma complementar, suplementar e substitutiva para o alunado da educação especial.
 - (E) envolve recursos de tecnologia assistiva e enriquecimento curricular suplementar para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.
- 45.** Anterior à Política Nacional de 2008, que determina a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, havia a orientação da integração instrucional de forma que os termos Inclusão e Integração têm definições semelhantes, mas concepções diferentes, fundamentados em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes quando o tema é educação especial. Nessa concepção, inclusão e integração são definidas, respectivamente como:
- (A) inserção escolar de forma completa e sistemática; inserção condicionada às condições de acompanhar com seleção prévia dos que estão aptos.
 - (B) matrícula condicionada às condições de acompanhar o conteúdo, com seleção prévia dos que estão aptos; matrícula escolar de forma total e irrestrita, completa e sistemática.
 - (C) incorporação total e irrestrita de alunos com laudo definido; incorporação parcial de alunos em avaliação do laudo de deficiência.
 - (D) inserção de uma porcentagem de alunos aptos ou não ao acompanhamento do conteúdo; inserção de todos os alunos avaliados por equipe multidisciplinar.
 - (E) introdução escolar de forma total irrestrita, completa e sistemática; introdução parcial de todo e qualquer educando na sala comum.
- 46.** A Lei Brasileira de Inclusão inspirada na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, define deficiência como
- (A) perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente de natureza intelectual, mental, física, auditiva ou visual, limitando a participação em igualdade de condições.
 - (B) definição dada pelo laudo médico com a indicação do CID para impedimento definitivo de natureza física, intelectual ou sensorial, possibilitando que a inclusão seja realizada em acordo com as possibilidades de cada indivíduo.
 - (C) condições físicas, intelectuais, sensoriais e/ou psicológicas de longo prazo que impedem o pleno acesso às estruturas existentes na sociedade e atribui às pessoas com deficiência a condição de participação parcial nos espaços públicos.
 - (D) impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - (E) designação clínica/médica para os impedimentos físicos, sociais, emocionais, sensoriais de curto, médio ou longo prazo, independentemente das barreiras do meio, possibilitando a inclusão parcial nos diversos ambientes sociais.
- 47.** A legislação brasileira prevê a educação como um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional que seja inclusivo. Cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico das escolas de modo que contemple a educação inclusiva, por meio da institucionalização do
- (A) sistema de organização escolar para a inclusão dos alunos que se beneficiam da escola inclusiva, promovendo as adaptações nos objetos e mobiliários para os alunos com deficiências física, intelectual, sensorial e múltipla.
 - (B) projeto de inclusão nas escolas, permitindo que os alunos tenham acesso ao currículo sempre que estejam preparados para a sala comum e que as alterações curriculares tenham sido realizadas.
 - (C) plano de adequação curricular, atendimento educacional especializado, adaptação dos materiais pedagógicos e práticas diferenciadas para adaptação dos alunos com deficiência intelectual, física e sensorial aos conteúdos curriculares.
 - (D) atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos alunos e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade.
 - (E) conjunto de práticas que viabilizem o atendimento educacional especializado para os alunos com diagnóstico clínico para a deficiência, que validará o acesso à sala comum em condições de igualdade aos demais educandos.

48. Em uma escola da Rede Municipal de Educação de Campinas, foi matriculado um aluno com deficiência física, cadeirante. De início, educadores e equipe gestora ficaram apreensivos por não se considerarem aptos a atender o aluno na sala comum. No entanto, a Unidade Educacional, de acordo com Portaria SME nº 69/2018 (Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas) e com o apoio das instâncias competentes da SME, deve organizar, de acordo com as necessidades do aluno, dentre outras ações:
- (A) um auxiliar de classe; apoio para higiene e alimentação; atendimento educacional especializado; atendimento em escola especial; articulação com a rede de apoio local; transporte adaptado para as atividades extras.
 - (B) recursos de comunicação alternativa; transporte adaptado; alimentação pastosa; apoio em orientação e mobilidade; articulação com a rede de proteção do território de moradia do aluno; metodologias ativas e ensino híbrido e oferta do AEE.
 - (C) a adaptação curricular; modificação da estrutura da edificação; rampas e corrimãos; língua de sinais; apoio para locomoção e higiene; articulação com os centros de saúde locais e instituições de educação especial para AEE.
 - (D) apoio às atividades escolares, de alimentação e locomoção; adaptação curricular; comunicação alternativa com uso de calendários; atendimento em contra-turno escolar em instituição especializada; tecnologia assistiva.
 - (E) apoio às atividades escolares, de alimentação, higiene e locomoção; oferta do AEE; flexibilização e adaptação do currículo, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; articulação das políticas públicas intersetoriais.
49. José é um aluno com deficiência múltipla, cadeirante, com dificuldades visuais e auditivas, e está matriculado no 6º ano de uma escola municipal de Campinas. A professora da turma consulta a direção da escola sobre a possibilidade de conceder a terminalidade específica à José. Para a certificação do ensino fundamental por terminalidade específica deve ser assegurado o disposto na LDB (Lei nº 9.394/96) e a Portaria SME nº 69/2018 (Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino de Campinas), que determinam a escolaridade com a duração
- (A) de todas as séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) para alunos ingressantes em idade própria no ensino fundamental, para os alunos com grave deficiência.
 - (B) mínima de dois anos de escolaridade e avaliação médica que confirme a não continuidade nos estudos, independentemente do nível de escolaridade atingida pelo aluno.
 - (C) mínima de nove anos, obrigatória para alunos ingressantes em idade própria no ensino fundamental, para os alunos com grave deficiência intelectual ou múltipla.
 - (D) mínima de três anos do ensino fundamental e avaliação multidisciplinar que ateste a impossibilidade de continuação nos estudos dos alunos com grave deficiência intelectual ou múltipla.
 - (E) de todos os nove anos de escolaridade obrigatória para alunos ingressantes em idade própria do ensino fundamental, para todos os alunos público-alvo da educação especial.
50. Um aluno com deficiência física que faz uso de cadeira de rodas, recém-matriculado no 1º ano do ensino fundamental, encontrou algumas dificuldades logo nos primeiros dias de aula: a escola não tem rampa de acesso ou elevador para os andares superiores; tem funcionários pouco disponíveis para apoio em sua locomoção, alimentação e higiene; funcionários e professores com dificuldade para compreender a expressividade do aluno; calçadas e entorno com degraus e buracos.
- Esses itens são exemplos de barreiras que impedem o aluno de ter acesso pleno à escola e podem ser definidas, correta e respectivamente, como barreiras
- (A) arquitetônica; atitudinal; de comunicação e informação; e urbanística.
 - (B) urbanística; de comunicação e informação; arquitetônica; e atitudinal.
 - (C) arquitetônica; de comunicação e informação; atitudinal; e urbanística.
 - (D) urbanística; de transporte; atitudinal; e arquitetônica.
 - (E) urbanística; de comunicação e informação; atitudinal; e arquitetônica.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Está sendo debatido na Justiça do Trabalho do mundo inteiro o formato Uber de trabalho, que já é chamado de uberização das relações de trabalho. A Justiça do Trabalho brasileira, seguindo a tendência internacional, vem sendo provocada a decidir em recentes reclamações trabalhistas que requerem vínculo de emprego para motoristas inscritos na plataforma Uber de trabalho.

A empresa estadunidense venceu algumas importantes batalhas em sua pátria mãe, mas vem sofrendo algumas derrotas pelo mundo. É certo que o debate ainda está apenas no começo, mas já existem algumas decisões interessantes pelo mundo e também no Brasil.

(Disponível em: <https://torresani.jusbrasil.com.br/artigos/482070647/motoristas-do-uber-possuem-vinculo-de-emprego-ou-nao>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Em um caso no qual motoristas do serviço Uber reivindicavam o reconhecimento de seus vínculos empregatícios com a companhia por trás do *app*, um juiz federal norte-americano julgou em favor do Uber.

Conforme a reivindicação dos motoristas do serviço, eles teriam direito a salário-mínimo, plano de saúde e algumas outras proteções que as leis trabalhistas dos EUA oferecem para profissionais devidamente contratados. No entanto, o juiz reconheceu que os motoristas são *freelancers* e não empregados propriamente ditos, considerando que eles podem trabalhar apenas quando querem e fazer o que acharem necessário nos intervalos entre as corridas.

Um porta-voz do Uber afirmou que a empresa está satisfeita com o resultado do processo. O advogado dos motoristas, entretanto, pretende apelar da decisão em última instância.

(Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/129259-justica-eua-decide-favor-uber-em-caso-vinculo-empregaticio.htm>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

TEXTO 3

A Justiça de Minas reconheceu vínculo empregatício entre Uber e motorista. Para a caracterização da relação de emprego, é necessário demonstrar a prestação de serviços com pessoalidade sob dependência do empregador e mediante salário. Assim entendeu a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ao reconhecer o vínculo empregatício de um motorista do Uber.

Para a juíza convocada Ana Maria Espi Cavalcanti, trata-se de trabalho remunerado, na medida em que o motorista recebia semanalmente pela produção, descontados a participação e os valores recebidos em moeda. “O contrato de adesão firmado entre o Uber e o motorista deixa claro que a empresa de aplicativo define os valores a serem pagos pelos clientes e gerencia o pagamento ao motorista”, diz.

Segundo a juíza, o Uber se destina a um setor de atividade específico – transporte de passageiros – e não há dúvidas de que controla e desenvolve o negócio, estabelecendo os critérios de remuneração de seus motoristas. “Na prática, o motorista se sujeita às regras estabelecidas ao seu poder disciplinário, como a desativação do trabalhador com baixa/má reputação.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-29/justica-mg-reconhece-vinculo-emprego-entre-uber-motorista>. Acesso em: 29.07.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

DEVEM SER RECONHECIDOS OS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ENTRE MOTORISTAS E UBER?

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

